



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



Do Caos à Ordem do Capital: acumulação primitiva e espoliação urbana no processo de formação das cidades brasileiras

Tales Fontana Siqueira Cunha

Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab)
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP)

Sessão Temática XI: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional

Resumo. Há uma tendência presente tanto em análises acadêmicas como no senso comum de, ao se analisar as cidades brasileiras, tomá-las como caóticas e desordenadas. O objetivo do artigo consiste em apontar algumas linhas mestras que orientaram a formação das cidades brasileiras, e, com isso, desfazer equívocos, em especial o de que esse processo ocorreu de forma irracional. A fonte principal de tais análises consistirá nos trabalhos pioneiros de Francisco de Oliveira, em especial A Crítica à Razão Dualista (2003), publicado originalmente em 1972, e O Estado e o Urbano (1982); e de Lúcio Kowarick, com A Espoliação Urbana (1979). Argumenta-se que, retomando de forma criativa o conceito de Acumulação Primitiva de Marx, esses autores deram grande contribuição ao entendimento do processo de expansão do capitalismo no Brasil e forneceram chaves importantes para o entendimento de sua urbanização. Entendemos que, ao tratarem do capitalismo dedicando atenção especial a um dos polos de sua relação social fundamental (a mercadoria força de trabalho e suas condições de reprodução), tais autores conseguiram iluminar formas pelas quais a dinâmica acumulativa se realiza dentro do capitalismo histórico e contemporâneo que normalmente são ocultadas, abrindo horizontes para a compreensão histórica da formação das cidades brasileiras.

Palavras-chave. Máx. 5, separadas por ponto e vírgula. Urbanização brasileira, Acumulação Primitiva, Espoliação Urbana, Despossessão

From Chaos to the Order of Capital: primitive accumulation and urban dispossession in the process of formation of Brazilian cities

Abstract. *There is a tendency present both in academic analyzes and in common sense when analyzing Brazilian cities, taking them as chaotic and as the result of lack of organization. The purpose of this article is to point out some guidelines that guided the formation of Brazilian cities. With this, we aim to undo misconceptions, in particular that if this process occurred irrationally. The main source of such analyzes will consist of the pioneering works of Francisco de Oliveira, in particular the book A Crítica à Razão Dualista (2003), published originally in 1972, and O Estado e o Urbano (1982), and of Lúcio Kowarick, in particular the book A Espoliação Urbana (1979). It is argued that, by creatively mobilizing Marx's concept of Primitive Accumulation, these authors made a great contribution to the understanding of the process of expansion of capitalism in Brazil and and provided important keys to understanding its urbanization. We understand that, when dealing with capitalism, dedicating special attention to one of the poles of its fundamental social relationship (the workforce commodity and its conditions of reproduction), such authors were able to illuminate ways in which the cumulative dynamics takes place within historical and contemporary capitalism that are normally hidden, opening horizons for the historical understanding of the formation of Brazilian cities.*

Keywords: Brazilian Urbanization, Primitive Accumulation, Urban Dispossession.

Del Caos al Orden del Capital: acumulación primitiva y expoliación urbana en el proceso de formación de las ciudades brasileñas

Resumen. Hay una tendencia presente tanto en los análisis académicos como en el sentido común al analizar las ciudades brasileñas, tomándolas como caóticas y desordenadas. El objetivo del artículo es señalar algunas líneas principales que guiaron la formación de las ciudades brasileñas y, con eso, deshacer conceptos erróneos, en particular el de que ese proceso ocurrió de manera irracional. La fuente principal de tales análisis consistirá en los trabajos pioneros de Francisco de Oliveira, en particular *A Crítica à Razão Dualista* (2003), publicado originalmente en 1972, y *O Estado e o Urbano* (1982), y de Lúcio Kowarick, con *A Espolição Urbana* (1979). Se argumenta que, al retomar creativamente el concepto de Acumulación Primitiva de Marx, estos autores hicieron una gran contribución para comprender el proceso de expansión del capitalismo en Brasil y proporcionaron claves importantes para comprender su urbanización. Entendemos que, al tratar el capitalismo, dedicando especial atención a uno de los polos de su relación social fundamental (la mercancía fuerza de trabajo y sus condiciones de reproducción), estos autores lograron iluminar formas en que se da la dinámica acumulativa en el marco histórico y contemporáneo. capitalismo, que suelen estar ocultos, abriendo horizontes para la comprensión histórica de la formación de las ciudades brasileñas.

Palabras clave: Urbanización Brasileña, Acumulación Primitiva, Espoliación Urbana, Despojo

1) Contextualização

No contexto atual, vivemos um aprofundamento da disputa política em torno da reprodução social, que pode ser ilustrada, entre outras formas, pela aprovação de novos marcos regulatórios em torno das relações trabalhistas, do cerceamento do fundo público e da reforma da previdência. Tais reformas, entende-se, devem ser compreendidas dentro da moldura estabelecida pelo conjunto das transformações globais, trazidas no bojo da Terceira Revolução Industrial (Técnico-Científico-Informacional) que parecem impor limites à integração social a partir do mundo do trabalho. Como pensar a reprodução social em uma economia crescentemente anti-social e marcada pela exclusão?

A possibilidade de um futuro global marcado pela exclusão daqueles incompatíveis à lógica de reprodução do sistema (“necropolítica”), entendemos, em muito se aproxima ao cenário de violência generalizada, segregação social e perda do controle territorial e da soberania nacional por parte do Estado descrito por parte da bibliografia nacional da década de 1990 (OLIVEIRA, 1998; Telles, 2001). Em um contexto de derrocada do Estado-providência nos países centrais, nosso “atraso”, tantas vezes apontado por teóricos nacionais, e o apartheid dele decorrente, metamorfoseou-se em sinal de modernidade (ARANTES, 2004; SCHWARZ, 1989, 1992). Para mantermo-nos no campo de referências dos estudos urbanos, o autor inglês David Harvey em 2003 apresentou a sua tese de que a acumulação por espolição, aquela tributária das formas primitivas de acumulação, tornara-se mundialmente “a forma dominante de acumulação com respeito à reprodução expandida” (HARVEY, p. 127, 2003). Vale dizer, a persistência e o papel estrutural dessas formas de acumulação estavam no centro do debate brasileiro já na década de 1970, conforme se verá no artigo.

Por outro lado, também a nível global, propostas como a de universalização de uma renda mínima desvinculada de uma ocupação profissional, historicamente associadas à teóricos liberais, como Milton Friedman, apresentam-se enquanto polo aglutinador de reivindicações por uma maior justiça social, e ganham espaço dentro do debate das políticas sociais. Também nesse sentido, entende-se que a experiência brasileira no século XXI, com políticas focalizadas de transferência de renda, ocupa um espaço privilegiado nas experiências contemporâneas. Assim, seja da perspectiva da exclusão, seja da perspectiva das aspirações por justiça social e maior inclusão, acredita-se que o Brasil se encontra no centro do debate sobre a reprodução social a nível global.

O presente artigo busca dar uma contribuição para o aprofundamento do debate apresentado acima. Entretanto, e tratando-se de uma agenda de pesquisa preliminar e ainda em construção, buscaremos no artigo debruçarmo-nos sobre aspectos históricos relativos à formação das cidades brasileiras, apontando uma particular mobilização do conceito de Acumulação Primitiva por parte de dois sociólogos brasileiros durante a década de 1970. Entendemos que a retomada desse debate cumpre um papel importante na compreensão dos desdobramentos posteriores do debate

em torno da reprodução social e das questões urbanas que sucederam, tanto em nível nacional como em nível global.

2) Introdução

Há uma tendência, apontada por autores como Maricato (2000) e Villaça (1999), presente tanto em análises acadêmicas como no senso comum de, ao se analisar as cidades brasileiras, tomá-las como caóticas e desordenadas. Como todos os diagnósticos, defendem estes autores, este traz dentro de si também um receituário de como se resolver o problema. Faltaria planejamento, faltaria organização. Tal análise, como pretendemos argumentar, além de simplista é também mistificadora.

A forma assumida por nossas cidades, defende-se aqui, é antes fruto de uma ampla disputa entre os seus habitantes, na qual alguns se relacionam com ela enquanto espaço de viver enquanto outros a vêm principalmente como forma de obtenção de lucro (ou renda). Colocando de forma bastante rudimentar, pode-se dizer que se trata de uma disputa da cidade enquanto valor de uso e enquanto valor de troca. Tal disputa, entretanto, é frequentemente obscurecida nos discursos oficiais e o chamado “planejamento urbano” muitas vezes contribuiu para esse obscurecimento. Ao caos das metrópoles é atribuída como causa uma suposta “falta de racionalidade” e à atividade planejadora atribui-se um papel redentor. Trata-se de uma operação ideológica.

Em termos teóricos, acredita-se que uma boa introdução para a disputa assinalada encontra-se no texto clássico de Harvey, *O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas* (1982):

A separação dos locais de trabalhar e de viver significa que a luta do trabalhador para controlar as condições de sua própria existência divide-se em duas lutas independentes. A primeira, localizada no local de trabalho, refere-se às condições de trabalho e à taxa de salário que oferece o poder aquisitivo para bens de consumo. A segunda luta, travada no local de viver, é contra formas secundárias de exploração e apropriação, representadas pelo capital mercantil, propriedade fundiária, etc. Esta luta é sobre as condições de existência no local de residência e convivência. (...) reconhecendo, evidentemente, que a dicotomia entre o viver e o trabalhar é, ela própria, uma divisão artificial imposta pelo sistema capitalista. (HARVEY, 1982).

Para o autor, a origem da disputa estaria na própria gênese do sistema capitalista, na separação do trabalhador da propriedade das condições de realização de seu trabalho. Esse momento, chamado por Marx de “acumulação primitiva” é relevante para os propósitos deste trabalho. A acumulação primitiva, em termos sucintos, corresponde aos processos não capitalísticos e muitas vezes fundados na violência e na espoliação, que permitem que se constituam as relações que fundamentam o modo capitalista de produção.

O tema que se pretende desenvolver nas seções subseqüentes, referente ao processo de urbanização brasileiro, distingue-se das análises de Harvey em um aspecto crucial: enquanto suas observações pretendem descrever as disputas em torno do ambiente construído nas sociedades avançadas, os autores que serão mobilizados aqui procuram esclarecer algumas questões relativas ao desenvolvimento do capitalismo nas sociedades periféricas. Em linhas gerais, entretanto, permanece o olhar atento às condições de vida da classe trabalhadora e à relação entre estas e o processo de acumulação do capital.

O objetivo consiste em apontar algumas linhas mestras que orientaram a formação das cidades brasileiras, e, com isso, desfazer equívocos, em especial o de que se esse processo ocorreu de forma irracional. A fonte principal de tais análises consistirá nos trabalhos de Francisco de Oliveira, em especial *A Crítica à Razão Dualista* (2003), publicado originalmente em 1972, e *O Estado e o Urbano* (1982), e de Lúcio Kowarick, com *A Espoliação Urbana* (1979).

Pretende-se argumentar que, retomando de forma criativa o conceito de Acumulação Primitiva de Marx, o primeiro autor deu grande contribuição ao entendimento do processo de expansão do capitalismo no Brasil pós-anos 1930 e forneceu chaves importantes para o entendimento de sua

urbanização. Trata-se de enxergar uma relação umbilical entre o desenvolvimento da moderna indústria brasileira e o surgimento de vastos contingentes populacionais ocupados em empregos não industriais, subalternos e informais, que residem nas periferias pouco providas de infraestruturas e serviços. Esse primeiro momento envolve um debate denso e que exige algum fôlego teórico – os interlocutores do autor são alguns dos cânones da ciência econômica, como Celso Furtado, e da sociologia urbana, como Manuel Castells. Em seguida, passa-se à análise do conceito de “espoliação urbana”, de Lúcio Kowarick, que apoiando-se nas observações de Oliveira, alçará o urbano a uma posição de maior destaque dentro das análises sociológicas e dará maior destaque para a participação do Estado nesse processo. Em um segundo plano, o texto de Pedro Arantes publicado em 2009 na revista *Novos Estudos - CEBRAP*, *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*, no qual é feita uma revisão crítica da extensa bibliografia produzida no período, servirá como mediação da discussão.ⁱ

3) Francisco de Oliveira e a Acumulação Primitiva enquanto fenômeno estrutural

Antes de partir propriamente para as investigações de Oliveira, cumpre apresentar seus interlocutores. *A Crítica à Razão Dualista*, como o próprio nome indica, consiste em uma crítica a um objeto específico e que pode ser encarnado no modelo cepalino de análise.ⁱⁱ Tal modelo centrava suas análises na formação histórico-econômica do subdesenvolvimento, entendendo-o como fruto de uma inserção subordinada numa divisão internacional do trabalho. Por terem as suas economias atreladas à demanda externa, os países subdesenvolvidos teriam dois setores opostos: os “modernos” (em geral aqueles voltados para exportação) e setores “arcaicos” (em geral as atividades de subsistência) - daí ser um modelo “dual-estruturalista”.ⁱⁱⁱ A crítica feita pelo autor, em termos sucintos, consiste em que, ao enfatizarem a dependência como razão privilegiada do subdesenvolvimento, seus teóricos deram demasiado valor aos seus aspectos externos e deixaram de analisar o problema enquanto oposição interna de classes. Vista sob esse ângulo, a polarização entre setores “modernos” e “arcaicos” torna-se pouco eloquente: “(...) o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado setor ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia.” (OLIVEIRA, 2003, p 32).

Para o autor, não se trata de trocar um extremo, a primazia das relações externas entre nações, por outro, a primazia das relações internas de classe. Tendo as nações chamadas subdesenvolvidas historicamente servido de reserva de acumulação primitiva às nações desenvolvidas, pode ser dizer que há uma unidade que subjaz à polarização entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, sendo os primeiros uma das causas para a existência dos segundos. Até aqui trata-se da acumulação primitiva tal qual é normalmente concebida.^{iv} A novidade está antes na perspectiva que a sua inclusão, enquanto elemento da análise, traz para o subdesenvolvimento: de uma fase pela qual as economias pré-industriais poderiam passar para formas mais avançadas, passa a ser encarado como um produto da expansão do capitalismo e de suas formas espoliativas de desenvolvimento.

Apresentado o interlocutor privilegiado do texto, cumpre introduzir um segundo interlocutor, de especial interesse para o debate que se pretende fazer a respeito do urbano, que consiste na chamada “teoria da marginalidade”. Em linhas gerais, trata-se da defesa da existência de uma marginalidade nas cidades, representada por um inchaço do setor Terciário. Esse inchaço corresponderia a um processo de urbanização sem industrialização correspondente nos países da América Latina, que resultaria na não absorção de parte dos migrantes pela base produtiva (uma não proletarização), e levando-os a se ocuparem de serviços subalternos e informais. Para os defensores dessa visão, esses “marginalizados” deveriam ocupar os espaços segregados das cidades, como as favelas, devido ao seu padrão de consumo semelhante.

O conceito de “marginalidade urbana” foi cunhado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano e o conceito de “urbanização dependente” foi cunhado pelo sociólogo espanhol Manuel Castells. Castells organizou o livro *Imperialismo y Urbanización en América Latina*, em 1973 - o qual conta

com participações de Fernando Henrique Cardoso, Milton Santos, Paul Singer, Lúcio Kowarick e Cândido Ferreira Camargo, além do próprio Quijano – onde parte dos argumentos indicados são expostos. A aproximação entre os intelectuais se deu em Santiago do Chile, no contexto do governo de Salvador Allende, onde todos se encontravam naquele momento na condição ou de exilados ou de simpatizantes do governo (ARANTES, 2009, ARAVECCHIA; CASTRO, s/d).

A interpretação de que há um setor que não se integrou a economia urbana em alguma medida corrobora para a visão apresentada linhas acima de que as cidades brasileiras seriam “caóticas”, fruto de um desvio do capitalismo dependente, no qual a industrialização teria uma baixa capacidade de absorção dos trabalhadores migrantes, resultando em uma participação desproporcional (“inchada”) do setor Terciário no produto e no emprego. Tal inchaço seria diferente daquele verificado nos países do capitalismo avançado, ligado a serviços corporativos e ao setor financeiro, e seria uma espécie de “peso morto” na formação do produto.

Para Oliveira, tal análise, encontra-se também equivocada. O crescimento de um setor de serviços realizados à base de pura força de trabalho, com baixa remuneração, seria na realidade fruto de uma “base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial” (OLIVEIRA, 2003, p. 60) e serviria para transferir para as atividades econômicas de corte capitalista uma fração de seu mais-valor. Para compreender melhor esse argumento, é interessante recorrer a outro texto de Oliveira, *O Estado e o Urbano no Brasil* (1982), no qual o autor procura estabelecer um “sentido” de nosso processo histórico de urbanização (ARANTES, 2009),

A ideia do “sentido” da urbanização brasileira, referência ao texto de Caio Prado Jr. *O Sentido da Colonização*, que abre o livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, é pertinente porque rompe com a tradição de pensar tal processo tomando como ponto de partida o momento da industrialização. Enfatizando que desde o período colonial já se encontravam no Brasil algumas grandes cidades, Oliveira dá destaque ao papel que a tríade latifúndio-monocultura-trabalho escravo desempenhou em nossa urbanização. Diferentemente da Europa, onde a organização produtiva do campo originou um padrão corresponde, com uma rede de pequenas aldeias e cidades, aqui havia o que o autor nomeia de “caráter autárquico das produções agrícolas”. Isto é, os latifúndios de monocultura e trabalho escravo, voltados para a produção para exportação, negavam o desenvolvimento de uma divisão social do trabalho, embotando o surgimento de novas atividades e impedindo a urbanização no entorno dos centros produtores. Acima de tudo, devido ao regime compulsório de trabalho, negavam as cidades enquanto mercado de força de trabalho. Dessa forma de organização produtiva resultou um padrão de urbanização bastante polarizado, que se reproduziu ao longo dos diversos ciclos da economia brasileira: “de um lado uma rede urbana bastante pobre e, de outro, uma rede urbana extremamente polarizada em grandes e poucas cidades, que eram exatamente as sedes do controle, seja burocrático, seja do capital comercial” (OLIVEIRA, 1982, p.39).

A forma que nossa urbanização tomou no momento subsequente, de industrialização, teria de ser buscada nesse “caráter autárquico das produções agrícolas”. Isto é, por um lado tem-se o fato de que, passando a se dar dentro das cidades, o processo de acumulação atraiu e concentrou nelas capitais e contingentes populacionais que antes lá não se encontravam. Por outro, ao fazer isso, não pode apoiar-se em qualquer forma de divisão social do trabalho pretérita encontrável nas unidades agrícolas. Daí surge o que o autor chama, contrapondo ao momento anterior, de “caráter autárquico das cidades”. A urbanização exigia uma série de requerimentos, como serviços e infraestrutura, que a maior parte das cidades ainda não oferecia.

Noutras palavras, a indústria no Brasil ou seria urbana ou teria muito poucas condições de nascer. Esse é na verdade o maior determinante do fato de que a nossa industrialização vai gerar taxas de urbanização muito acima do próprio crescimento da força de trabalho empregada nas atividades industriais. Isso, retomando uma de nossas primeiras observações, vai dar lugar ao que a sociologia vulgar chamou de urbanização sem industrialização e a toda a teorização sobre o

‘inchaço’ e a marginalidade social nas cidades. Não se quer dizer que não haja marginalidade social nas cidades, mas essa marginalidade social é, ela mesma, um componente dos exércitos industriais de reserva. Não significa, tal como a teorização da marginalidade social tenta dizer, exclusão do mercado de trabalho, nem exclusão da economia urbana. Significa a forma peculiar pela qual a industrialização brasileira trouxe para dentro de si, de uma só vez, de uma pancada, todo esse exército industrial de reserva, vindo dos campos para dentro das cidades. (OLIVEIRA, 1982, pgs. 42 e 43)

Para melhor compreender essa “forma peculiar pela qual a industrialização brasileira trouxe para dentro de si, de uma pancada, todo esse exército industrial de reserva” é proveitoso fazer outra imersão na noção de Acumulação Primitiva mobilizada na *Crítica à Razão Dualista*.

Um primeiro aspecto, mais evidente, trata-se de que, do ponto de vista externo, a “base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial” explicava-se pelo fato da agricultura voltada para a exportação fundar-se sobre uma acumulação primitiva, que não acumulava, ou acumulava relativamente pouco, para a empresa industrial. Cidades como São Paulo, que na década de 1970 foi a maior metrópole da América Latina, até fins do século XIX eram apenas pequenos burgos.

Entretanto, visto do ponto de vista interno, o crescimento de um setor de serviços serviu para transferir para as atividades econômicas de corte capitalista uma fração de seu mais-valor. Mais do que um “depósito de exército industrial de reserva”, ao imbricar-se com as referidas atividades capitalistas, o setor de serviços desempenhou papel ativo na acumulação, contribuindo para a concentração de renda. Está-se a descrever um cenário no qual o comerciante ambulante é um importante responsável pela distribuição da moderna fruticultura e a multiplicação de pequenas oficinas andariam de par com a expansão da produção industrial automobilística.^v

A passagem a seguir, a qual se optou por reproduzir na integralidade, tornou-se célebre nos estudos urbanos brasileiros de corte crítico e condensa boa parte do que se procurou expor no debate presente, desde o crescimento caótico de nossas cidades até as forças motrizes que o sustentam:

Ora, o processo de crescimento das cidades brasileiras – para falar apenas do nosso universo – não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizados, cuja forma aparente é o caos das cidades. Aqui, uma vez mais é preciso não confundir ‘anarquia’ com caos: o ‘anárquico’ do crescimento urbano não é ‘caótico’ com relação às necessidades da acumulação: mesmo uma certa fração da acumulação urbana, durante o longo período de liquidação da economia pré anos 1930, revela formas do que se poderia chamar, audazmente, de ‘acumulação primitiva’. Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o ‘mutirão’. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, super-trabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado de produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2003, pg 59).

De forma clara na passagem, o movimento “desigual e combinado” da expansão do capitalismo (conceito cunhado por Trotski, mas que ganhou novo alcance a partir da obra de Oliveira, tornando-se corrente na bibliografia teórica subsequente), aparece aqui apoiado em uma forma “audaz” de acumulação primitiva. A novidade no emprego da acumulação primitiva apresentado não está, como pode parecer, no fato de que os bens produzidos pelos trabalhadores não sejam deles expropriados. Os processos descritos por Marx no capítulo d’*O Capital* em que se debruça sobre “a pré-história do capitalismo” são suficientemente variados para dar conta de fenômenos

mais ou menos violentos, mais ou menos coercitivos etc. A novidade está em sua atualização, no sentido de apresentá-lo enquanto movimento atual e não histórico, nas palavras do autor: “a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo cresce por elaboração das periferias, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética”. (OLIVEIRA, 1972, p. 43)

4) Lucio Kowarick e a Espoliação Urbana

A análise de Oliveira a respeito da permanência de formas de economia de subsistência e o seu papel no rebaixamento dos salários da classe trabalhadora fizeram correr muita tinta no debate a respeito do urbano no Brasil. Na presente seção se procurará apresentar as contribuições de um autor que, retomando com especial atenção as considerações sobre a autoconstrução de moradias feitas, avançará no debate, alçando o urbano a uma posição de maior destaque dentro das análises sociológicas e dando maior realce para a participação do Estado. Antes, entretanto, cumpre apresentá-lo.

Lúcio Kowarick é um sociólogo e cientista político e, assim como Oliveira, na década de 1970 era pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - Cebrap. Participou conjuntamente com Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Milton Santos e Cândido Ferreira Camargo da coletânea de ensaios organizada por Manuel Castells e publicada em 1973 sob o título de *Imperialismo y urbanización em América Latina*. Na ocasião, Kowarick, junto com Cardoso e Camargo, escreveu sobre cultura e participação política em São Paulo, enquanto Santos escreveu sobre a urbanização venezuelana e Singer sobre os processos de migração interna na América Latina.^{vi} Posteriormente, em conjunto com Singer, Cardoso, Camargo além de José Alvaro Moisés, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Vinicius Caldeira Brant e Frederico Frederico Mazzucchelli, escreveu o livro *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*, que se tornou importante referência no campo dos estudos urbanos brasileiros. Entre as contribuições do livro, encontra-se a de introduzir a categoria “periferia”, que até então não fazia parte do debate urbano (ARANTES, 2009). Um de seus capítulos, *A lógica da desordem*, com algumas adaptações, compõe o corpo d’*A Espoliação Urbana*, obra de Kowarick de 1979 de que trataremos a seguir. Nos anos seguintes Kowarick foi responsável por organizar uma extensa agenda de pesquisas urbanas, juntando pesquisadores de diferentes campos das ciências humanas em torno da questão da cidade. A título de ilustração, cita-se *As Lutas Sociais e a Cidade*, livro por ele organizado e publicado em 1988 que conta com textos de André Singer, Nabil Bonduki, Raquel Rolnik, Silvio Caccia Bava, Clara Ant, Milton Campanário, Laís Wendel Abramo e Vera da Silva Telles – alguns então como jovens estudantes de pós graduação.

O livro *A Espoliação Urbana* foi publicado em 1979 e consiste em um conjunto de textos escritos pelo autor entre 1973 e 1979. Tratava-se dos anos subsequentes ao “Milagre Econômico”, em que, ao mesmo tempo, os níveis nacionais de produtividade do trabalho cresceram 32% e o salário mediano, em termos reais decresceu em 15%, causando uma deterioração dos padrões de vida dos assalariados (“crescimento e pobreza”) e a preocupação do autor recaí justamente sobre essa deterioração (KOWARICK, 1979, p. 42).^{vii}

Nos textos são retomadas e colocadas no centro do debate algumas noções apresentadas por Oliveira em *A Crítica à Razão Dualista*, desenvolvendo-as e chegando ao conceito de “espoliação urbana”. Seu ponto de partida consiste no já mencionado fato de que certos produtos de consumo essencial para a sobrevivência da classe trabalhadora brasileira – como a casa – serem consumidos fora do mercado formal, a um preço reduzido, permitindo uma baixa nos valores pagos como salário. À exploração da força de trabalho, então, segue-se um segundo momento, que é o da espoliação. Lançados à própria sorte e forçados a morar nas longínquas periferias da cidade, perdendo horas diárias na locomoção ao trabalho e gastando as que têm livres para construir sua moradia, muitas vezes com materiais de baixa qualidade, a classe trabalhadora vê suas condições de vida mais uma vez rebaixadas. A Espoliação Urbana, portanto:

(...) é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho. (KOWARICK, 1979, p. 59)

O livro centra-se na análise da Região Metropolitana de São Paulo e uma de suas contribuições consiste na explicação do surgimento das periferias paulistanas, como resultado da retenção especulativa de terras. A “lógica da desordem”, para quebrar mais uma vez com o senso comum de que as cidades são fruto de um crescimento que não segue lógica alguma, consiste em que vastas glebas foram retidas especulativamente por seus proprietários, enquanto áreas mais distantes do centro eram loteadas, criando vazios urbanos. Na medida em que os loteamentos distantes eram urbanizados e passavam a ser servidos de equipamentos e serviços públicos, como linhas de ônibus, a terra que estava vazia automaticamente se valorizava. Ou seja, a aparente desfuncionalidade da forma das cidades não era fruto do acaso, mas de cálculos rentistas. Sem insistir no paralelo com o conceito de Marx, o autor chega, no texto *A conquista do espaço*, a comparar esse processo com o da acumulação primitiva:

No que diz respeito ao processo de estruturação e expansão da cidade, persiste uma verdadeira ‘acumulação primitiva’ da terra urbana, espécie de versão moderna do ‘cercamento’ do espaço. Ela decorre da apropriação imobiliária de cunho especulativo e predatório que ocasiona a ‘expropriação’ daqueles que carecem de recursos – não só econômicos mas também políticos – para se fixar nas áreas melhor servidas e que leva à expulsão para as distantes e desprovidas periferias da metrópole. (KOWARICK, 1979, p. 196)

A dimensão política e o papel do Estado são outros tópicos de particular importância no livro é, daí o autor se referir a uma carência de recursos “não só econômicos mas também políticos”. Escritos durante o período da ditadura civil-militar, os textos tem um forte componente de aposta e apelo a cidadania, como veremos a seguir. O Estado é analisado tanto sob a perspectiva de sua forte presença na regulação de certos aspectos da vida social como na sua oportuna ausência em outros. No primeiro polo se inserem as ações no sentido de possibilitar a expansão industrial, criando um suporte de infraestrutura, financiando empresas e agindo enquanto investidor econômico. As ações voltadas para o campo da habitação, como a criação do Banco Nacional da Habitação, se inseriam nesse campo. Legitimando o poder através de uma suposta preocupação social com a moradia, seriam antes uma estratégia de poder (ideológica) de ativação do setor da construção civil, não atendendo às classes populares e servindo a aceleração e a acumulação econômica.^{viii} Ainda no urbano, o autor aponta também o papel dos investimentos públicos na valorização de terrenos e a expulsão das populações faveladas das áreas de interesse para o mercado imobiliário. Já no polo das oportunas ausências encontram-se todos os expedientes já referidos, como a ausência de serviços públicos e a falta de regulação da terra urbana, que negam às classes trabalhadoras uma reprodução em patamares minimamente aceitáveis. Nesse aspecto, conforme aponta Arantes (2009), um dos êxitos de Kowarick consiste em “caracterizar justamente a inviabilidade das formas de consumo coletivo na periferia do capitalismo, comparativamente às políticas públicas dos Estados de bem-estar social”.

Haveria, sobretudo, o forte aparato repressor, responsável por impor controle rígido aos partidos, sindicatos, órgãos de imprensa e à sociedade civil como um todo, e inviabilizar o questionamento do modelo excludente de crescimento. O urbano seria também, portanto, reflexo da falta de voz das classes populares e de uma sociedade civil “amordaçada”. Nesse sentido é que pode-se compreender a forte aposta do autor em um maior engajamento cívico e uma abertura política: somente sendo enunciados e disputados publicamente, os problemas das classes populares poderiam ser resolvidos. O texto guarda muito do espírito de seu momento histórico e a linguagem reflete os compromissos do autor (e de parte dos intelectuais de seu campo político). A espoliação nesse sentido ganha uma segunda dimensão, para além daquela econômica: é a dos direitos e da cidadania.^{ix}

“Colocado no âmbito das lutas sociais, o processo de espoliação urbana, entendido enquanto uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, assume seu pleno sentido: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social, tem direito. Assim como a cidadania supõe o exercício de direitos tanto econômicos como políticos e civis, cada vez mais parece ser possível falar em um conjunto de prerrogativas que dizem respeito aos benefícios propriamente urbanos.” (KOWARICK, 1979, pgs. 73 e 74)

5) Considerações Finais

Existem inúmeras formas de se compreender o capitalismo e explicar os processos que se dão sob a sua vigência. Defende-se que os autores no qual esse trabalho se apoiou compreendem-no, principalmente, a partir daquela formulada por Marx em sua obra principal, *O Capital*, na qual o capitalismo é entendido, sobretudo, enquanto relação social. A vantagem de tal perspectiva consiste em realçar o caráter histórico, conflituoso e passível de transformações do sistema capitalista. É um sistema feito por pessoas, cujas relações não devem ser naturalizadas e nem fetichizadas. Tal ideia não é simples e nem passível de ser, em poucas linhas, elucidada. O que importa reter é que, sendo relacional, essa forma de compreensão é também dinâmica. Isto é, o valor atribuído aos elementos dentro da teoria não é intrínseco a eles, mas decorre da função que desempenham dentro de certas relações tomadas como privilegiadas. Um exemplo muito banal, mas que ilustra essa proposição, pode ser obtido a partir da análise de um objeto simples, como uma fábrica: dentro de uma economia capitalista, em que os meios de produção são de propriedade privada do agente capitalista, a fábrica (meio de produção) pode ser considerada como capital. Não o seria, entretanto, e para a mesma teoria, se se tratasse de uma economia socialista. O exemplo é trivial, mas permite entender, como foi visto ao longo do trabalho, porque relações aparentemente não-capitalistas, em contextos específicos, podem casar muito bem, e desempenhar funções importantes, dentro do processo capitalista de acumulação.

O raciocínio pioneiro de Oliveira e Kowarick fizeram dos dois importantes interpretes do processo de urbanização brasileira. Seus trabalhos, cabe ressaltar, não estão acima das críticas. Registra-se aqui a de Arantes (2009), para quem a produção dos intelectuais marxistas do Cebrap é limitada, sobretudo, devido a unidimensionalidade do espaço urbano dentro de suas análises, aparecendo como “reflexo e descarnado, apresentado muitas vezes como mera ilustração da crítica sociológica ou da racionalidade econômica”. Faltariam categorias próprias à sua produção, como a de renda da terra, que então já era objeto de profícuos debates no âmbito da FAU-USP entre autores como Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Ermínia Maricato. Não se pretende aqui questionar essa crítica – o próprio estado da arte dos estudos urbanos, que coloca o debate da terra enquanto capital fictício e as formas de capitalização de sua renda em destaque, não permite desmenti-lo. Entretanto, cumpre ressaltar que ainda que se possa dizer do urbano que apareça por vezes “descarnado”, o mesmo não pode ser dito sobre a sociologia e a economia. Tantas vezes dominadas por uma racionalidade fria, presas a esquemas rígidos, mesmo em se tratando de autores que reivindicam uma filiação crítica, viram-se, para parafrasear Oliveira, “de uma pancada”, lançadas em calorosos debates em que a dimensão política ganhou assento privilegiado e as condições de vida das classes populares tornou-se parte central das preocupações.

Na introdução do trabalho foram apresentados elementos que permitem caracterizar o urbano enquanto palco de disputas entre diferentes agentes que buscam em suas relações com o espaço efetivar valores de uso e valores de troca. O ponto de partida foram as considerações de Harvey a respeito do conflito entre capital e trabalho em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. Procurou-se, a partir do emprego de acumulação primitiva por Oliveira e do conceito de espoliação urbana de Kowarick, elucidar como essas disputas conformaram o espaço nas cidades do capitalismo periférico.

Em seus estudos mais recentes, Harvey tem buscado mostrar como os mecanismos de acumulação primitiva e espoliação têm atuado para garantir a sobrevivência histórica do capitalismo para além da reprodução ampliada (exploração do trabalho dentro da produção). Reconhecendo se tratar de um processo em curso, e não primitivo, propõe o conceito “acumulação

por espoliação” (accumulation by despossession) para denominar os novos processos como a privatização em massa de ativos previamente públicos, a mercantilização de formas culturais, a fraude nos sistemas financeiros e a biopirataria (HARVEY, 2003, pgs. 121e 122). A compreensão das formas pelas quais se dá esse tipo de acumulação cumpriria um papel teórico relevante, uma vez que lançaria luz também sobre as formas contemporâneas de resistência a esses processos espoliativos:

As lutas contra a despossessão (dos direitos de terra, da previdência social dos direitos à pensão e à atenção à saúde, das qualidades ambientais, da própria vida) têm um caráter diferente das lutas em torno do processo de trabalho que há muito dominam a política marxista. Uma tarefa política básica não tem apenas de estabelecer o vínculo orgânico entre as duas formas de acumulação no capitalismo contemporâneo, mas também entender o vínculo orgânico entre as duas formas de luta de classes que produzem (HARVEY, 2006, p. 21)

Não é o caso de se levantar hipóteses de alguma troca ocorrida entre os autores. Harvey apoia seu conceito em proposições feitas por Rosa Luxemburgo, Vladimir Lênin, Rudolf Hilferding e Hannah Arendt a respeito do Imperialismo. Entendemos, entretanto, que ao tratarem do capitalismo dedicando atenção especial a um dos polos de sua relação social fundamental (a mercadoria força de trabalho e suas condições de reprodução), conseguiram dar vida e força à teoria, iluminando formas pelas quais a dinâmica acumulativa se realiza dentro do capitalismo histórico e contemporâneo que normalmente são ocultadas.

Os discursos a respeito das cidades brasileiras comumente reproduzem preconceitos de classe e procuram responsabilizar as camadas populares pelos problemas e disfuncionalidades das mesmas. Seriam os favelados os maiores responsáveis por sua situação e o problema urbano consistiria na existência de favelas, e não no fato de pessoas terem de viver sob condições de vida degradantes. De outra parte, mas ainda na mesma linha de raciocínio, busca-se responsabilizar o Estado de maneira unidimensional pelo fracasso das cidades. As repostas para os problemas urbanos certamente são complexas, mas enunciar os problemas da maneira correta, entende-se, é um passo importante. Para encerrar, nas palavras de Kowarick:

As coisas simples precisam constantemente ser ditas: é o capital – e não a sua força de trabalho – que deteriora a vida metropolitana. Para o capital, a cidade e a classe trabalhadora interessam como fonte de lucro. Para os trabalhadores a cidade é o mundo onde devem procurar desenvolver suas potencialidades coletivas. Entre os dois existe um mundo de diferenças. E um mundo de antagonismos (KOWARICK, 1979, p.53).

Bibliografia:

ARAVECCHIA, Nilce; CASTRO, Ana. Urbanização, marginalidade e dependência: Manuel Castells e Aníbal Quijano entre Europa e América Latina (1950-1970). Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591406/mod_resource/content/1/ARAVECCHIA_CASTRO_castells_quijano.pdf. Acesso em 05.jul.2018.

ARANTES, Paulo. Eduardo. A fratura brasileira do mundo. In: Zero à Esquerda. São Paulo: Conrad, 2004.

ARANTES, Pedro. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000100007. Acesso em 03.jul.2018.

BOLAFFI, Gabriel. “Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema” in MARICATO, Ermínia. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. Alfa Ômega, 1979.

CASTELLS, Manuel (org.). Imperialismo y urbanizacion en América Latina. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

HARVEY, David. Os limites do Capital. São Paulo, Boitempo, 2006

_____. O Novo Imperialismo. São Paulo, Loyola, 2003.

_____. "O trabalho o capital e o conflito de classes". Em *Espaços & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos* N°6. São Paulo: NERU FAU-USP, 1982.

KOWARICK, Lúcio. *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio, Brant, Vinicius Caldeira e Camargo, Cândido Procópio de (orgs.). *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1975.

LENCIONI, Sandra. *Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea*. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/7424?lang=pt>

MARICATO, Ermínia. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias*. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos (orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000.

MARX, Karl. *O Capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2013, Livro I

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. "O Estado e o urbano no Brasil". Em *Espaços & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos* N°6. São Paulo: NERU FAU-USP, 1982.

SCHWARZ, Roberto. *Um livro audacioso [prefácio]*. In: KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SCHWARZ, Roberto. *Nacional por subtração*. In: *Que horas são?*. Companhia das Letras, SP. 1989.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. Editora 34. 2001.

VILLAÇA, Flávio. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169–243.

Notas

ⁱ ARANTES, Pedro. *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000100007. Acesso em 03.jul.2018.

ⁱⁱ Fundada em 1948, Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, é um órgão da Organização das Nações Unidas – ONU que visava estabelecer a cooperação econômica de seus membros. Alguns de seus primeiros membros, como Celso Furtado e Raul Prebisch, tornaram-se importantes referências no debate a respeito das causas (e possível superação) do subdesenvolvimento.

ⁱⁱⁱ "(...) não se trata, em absoluto, de negar o imenso aporte de conhecimento bebido diretamente ou inspirado no 'modelo Cepal', mas exatamente de reconhecer nele o único interlocutor válido, que ao longo dos últimos decênios contribuiu para o debate e a criação intelectual sobre a economia e a sociedade brasileira e a latino-americana." (Oliveira, 2003, pg 31)

^{iv} "Todo esse movimento (o da acumulação do capital) parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação 'primitiva' ('previous accumulation', em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida. (...) Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência." (MARX, 20XX, pgs. 959 e 960).

^v "Todo esse movimento (o da acumulação do capital) parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação 'primitiva' ('previous accumulation', em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida. (...) Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência." (MARX, 20XX, pgs. 959 e 960).

^{vi} Arantes (2009) observa que a interpretação de Castells e Quijano a respeito da marginalidade urbana e urbanização dependente é já questionada no mesmo livro por Singer, "para quem a apresentação de dois pólos, o integrado e o marginal, acaba reeditando com vocabulário novo as explicações convencionais sobre a cisão entre o arcaico e o

moderno”. Uma hipótese, lateral aos propósitos desta monografia, mas que acredita-se ser valorosa de ser enunciada, é a de que as críticas de Singer não partem de uma clarividência maior do autor, mas de aspectos objetivos. Os textos de Castells e Quijano presentes no livro, assim como os de Santos e Cardoso, Kowarick e Camargo, foram originalmente publicados para a revista francesa *Espaces e Sociétés*, em 1971. O texto de Singer, por sua vez, foi escrito exclusivamente para a publicação chilena de 1973. Deve-se considerar que a *Crítica a Razão Dualista* foi também publicada em 1971 e Singer, além de compartilhar o espaço do Cebrap com Oliveira, é nominalmente citado pelo autor na abertura do livro como responsável por críticas e sugestões ao texto.

^{vii} “Mas é de se perguntar: que tipo de milagre é esse que, ao mesmo tempo, reflete um crescimento acelerado e exclui desse crescimento a maioria da classe trabalhadora? Trata-se, certamente, de um santo perverso que com uma mão dá a alguns o que com outra retira de muitos” (KOWARICK, 1979, p. 42).

^{viii} Nessa questão em particular, pode-se perceber uma forte influência do texto *Habitação e urbanismo*: o problema e o falso problema de Gabriel Bolaffi, apresentado originalmente na 27ª Reunião Anual da SBPC, em 1975, e republicado em 1979 no livro organizado por Ermínia Maricato *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*.

^{ix} Não à toa, conforme nas décadas seguintes a problemática a respeito dos movimentos sociais urbanos e a cidadania ganhou grande relevo na agenda das pesquisas urbanas, e mesmo na de Kowarick (2000, p. 14).